





## 1 INTRODUÇÃO

Quando se busca na literatura assuntos sobre “assentamentos rurais”, normalmente, tem-se como resultado abordagens relacionadas ao desmatamento (FEARNSIDE, 2005; LUDEWIGS, 2009; TOURNEAU; BURSZTYN, 2010; CALANDINO; WEHRMANN; KOBLITZ, 2012) desigualdades e conflitos (MEDEIROS, 2000; FERNANDES, 2004; NOGUEIRA, 2007). No entanto, estudos que demonstram ações que trazem benefícios a comunidade e que possam servir de referências para o desenvolvimento sustentável nessas áreas e em outras, assim como uma política de estímulo ao desenvolvimento, ainda são escassos.

Santana et al. (2013), ao estudarem o potencial de mercado para produtos da agricultura familiar provenientes de projetos de assentamentos rurais dos polos Altamira, Itaituba e Santarém, municípios do Estado do Pará, destacaram existência de “janela aberta” ao desenvolvimento local e sustentável dos assentamentos. Contudo, o estudo sublinha as condições adversas na produção e comercialização dos produtos em volume, qualidade e preços competitivos para suprir parcela do mercado consumidor de produtos alimentares a despeito do seu potencial (SANTANA et al., 2013).

Por outro lado, Costa (2016, p.6) explica que a “gestão territorial moderna pressupõe em Estado que tenha capacidade de prospecção das dinâmicas territoriais, discernindo a diversidade de sujeitos, razões e perspectivas observáveis nesse nível, local, para qualifica-las em relação a imperativos organizados como pautas políticas em níveis mais abrangentes – regional, nacional e supranacional”.

Diante disto, evidencia-se que o arquipélago do Marajó e, em especial no município de São Sebastião da Boa Vista, existem 18 assentamentos com 3.216 famílias. Neste local está a Cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó (COOPAVEM), objeto desse estudo e proveniente de dois assentamentos o “PA Ilha Cariá-Guajará” e o “PA Ilha Pracuuba-grande”.

A COOPAVEM adquiriu em 2013, a Certificação *Fair Trade (Fair Trade Labelling Association, International Fair Trade Association, a Network European Workshops e a European Fair Trade Association)*, que é uma abordagem alternativa ao comércio convencional e baseada em parceria entre produtores e consumidores, oferecendo aos produtores melhores negócios e permitindo que eles melhorem suas qualidades de vidas. Destaca-se e acentua-se a relevância da COOPAVEM ao afirmar que, atualmente, é a única no Brasil a exportar polpa de fruta do açaí *in natura*.

Realização:



Apoio:





Diante do contexto antes expresso, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual a importância para a COOPAVEM a conquista da Certificação *Fair Trade* (*Fair Trade Labelling Association, International Fair Trade Association, a Network European Workshops e a European Fair Trade Association*)?**

Assim, o trabalho tem como objetivo identificar a importância da certificação “*Fair Trade*”, para a população e cooperados da COOPAVEM, entidade localizada no município de São Sebastião da Boa Vista – PA.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 *Fair Trade* e a certificação

A certificação *Fair Trade* tem sua origem em duas vertentes, uma europeia e outra norte-americana, ambas do período pós-Segunda Guerra Mundial. Na Europa, o movimento nasceu de iniciativas vinculadas às igrejas cristãs que se preocupavam com a necessidade de relações comerciais mais justas entre o “norte” e o “sul”, ou seja, entre compradores de países ricos e fornecedores de países pobres, respectivamente. De fato, as informações que chegavam dos países produtores, aos países compradores eram de que a produção de alimentos nos primeiros tinha vinculações fortes com atividades como o trabalho forçado e até mesmo escravo (PEDINI, 2011).

A ideia era ajudar esses pequenos produtores a superar as dificuldades que lhes eram impostas pelo comércio internacional, tais como, flutuações dos mercados de *commodities*, falta de acesso ao crédito e seguro rural, apropriação do valor adicionado por intermediários, e falta de oportunidades por dificuldades de acesso ao capital e informações de mercado (ROCHA ; MENDES, 2011).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2010) lembra que na década de 1940, já existiam iniciativas com esse propósito e eram formadas por pessoas ligadas a entidades religiosas ativas e em missões nos países tidos como de “terceiro mundo” e dentre os quais, o Brasil. Estas iniciativas constavam de ajudar na comercialização de objetos de artesanato da produção das comunidades pobres a fim de facilitar as transações e ajudar-lhes em gerar renda. Atualmente são estimadas em torno de

Realização:



Apoio:





3.000 lojas ao redor do mundo e a maioria ainda é ligada a organizações religiosas que funcionam com a ajuda de voluntários (SALGUEIRO; CLARO, 2015).

Destaca-se que na Holanda, a *Fair Trade Organisatie* importou o primeiro café comercializado com conceitos de comércio justo de cooperativas de pequenos agricultores da Guatemala. Na Suíça surgiu a Gebana (de *gerechte banane* ou banana justa) em 1978, priorizando a comercialização destes produtos em supermercados (SEBRAE, 2010).

A partir desta ideia, foi desenvolvida por uma entidade holandesa a estratégia de apoio e comercialização que resultou na criação da marca *Max Havelaar*, que foi lançada em 1988.

O nome *Max Havelaar* está relacionado à história do comércio justo, pois ele é o personagem de um livro que, em 1859, questionava com as autoridades do governo colonial das Índias Holandesas Orientais, hoje Indonésia, sobre as condições desumanas nas quais laboravam os trabalhadores locais (SEBRAE, 2007).

Este modelo serviu de referência para iniciativas em outros países com o nome *Max Havelaar*, ou marcas próprias, como *TransFair* na Alemanha, *Fairtrade Foundation* na Grã-Bretanha e *Rättvisemarkt* na Finlândia (FACES DO BRASIL, 2013).

Outra iniciativa é a *European Fair Trade Association* – EFTA, uma associação composta por onze entidades importadoras de Comércio Justo de nove países europeus que importam bens em torno de 400 grupos produtores da África, Ásia e América Latina. Foi fundada em 1990, com sede em Maastricht, na Holanda. Os associados comercializam produtos alimentícios e outros (EFTA, 2013). São os seguintes países participantes e as empresas importadoras: Alemanha (Gepa), Áustria (Eza 3 Welt), Bélgica (Oxfam Magasins du Monde; Oxfam Fairtrade cvba), Espanha (IDEWAS; Intermón Oxfam), França (Solidar’Monde), Holanda (Fair Trade Original), Itália (CTM Altromercato), Reino Unido (Traincraft), Suíça (Claro) (SEBRAE, 2010). Conforme o *site* da EFTA, o objetivo principal da associação é tornar os processos de importação de produtos de comércio justo ainda mais eficientes (EFTA, 2013).

Em 1997 foi criada a *Fairtrade Labelling Organizations* – FLO que é uma organização guarda-chuva formada por 17 Associações do Comércio Justo da Europa (FAIR TRADE BRASIL, 2007). Hoje a FLO conta com 21 Associações na Europa, Estados Unidos da América (EUA), Japão, Austrália, Nova Zelândia e Brasil.

Realização:



Apoio:





No Brasil, o mercado justo se desenvolveu por meio de iniciativas como o “suco justo”, projeto piloto da FLO, que envolve produtores de laranja residentes em Paranavaí - Paraná. O projeto viabiliza a comercialização do suco de laranja produzido por Paraná Citrus S/A para a Alemanha, Suíça e Áustria, sendo promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em parceria com o Governo Municipal e monitorado por B&SD, uma consultoria que faz a “ponte” ou “*link*” entre produtores e o mercado consumidor. O projeto do “Suco Justo” no Paraná possibilitou melhorias sociais e regularização do trabalho dos produtores, um dos requisitos obrigatórios para a obtenção do selo concedido pela FLO (DINIZ; FERRARI, 2011).

Até o século passado, a experiência brasileira no comércio justo concentrava-se exclusivamente no papel de fornecedor de produtos para o mercado justo na Europa. Porém, a partir do ano 2000 se percebe avanços das discussões no Brasil para o desenvolvimento do mercado solidário interno, de regras de certificação, e de políticas de incentivo à pequena produção (DINIZ; FERRARI, 2011).

Uma das experiências significativas foi desenvolvida pela Visão Mundial. Seu programa de Comércio Solidário começou em 1999 apoiando pequenos produtores agrícolas e de artesanato a exportarem seus produtos, além de buscar o desenvolvimento do mercado interno, por meio de parcerias locais com outras ONGs, como, por exemplo, com a Associação de Apoio às Comunidades do Campo e Terra Viva (AACC), desse modo, foi possível ampliar o projeto para outras regiões. A parceria internacional também foi fundamental para a comercialização de produtos agrícolas para organizações como Claro - Suíça, EZA - Áustria e CTM - Itália (DINIZ; FERRARI, 2011).

Atualmente existe um grande movimento no Brasil que trata de organizar o setor de comércio justo e solidário. Organizações como a Fundação Friedrich Ebert – ILDES, Visão Mundial, FASE, Viva Rio, APAEB, dentre outras... estão organizando encontros e grupos de trabalho com a finalidade de discussão e mobilização junto aos setores econômicos do país para fortalecimento e contextualização do comércio justo no Brasil. Uma das recentes iniciativas foi à criação de um fórum de debates que sugere a formação de três câmaras de trabalho: uma que represente os produtores, outras as Organizações Não Governamentais (ONGS) e a última, as organizações governamentais (DINIZ; FERRARI, 2011).

Realização:



Apoio:





Nos dias atuais, o comércio justo é reconhecido no Brasil pelo Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) por meio do Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010 (CAFÉ POINT, 2011).

O SNCJS é um conjunto de parâmetros, ou seja: conceitos, princípios, critérios, atores, instâncias de controle e gestão, organizados em uma estratégia única de afirmação e promoção do comércio justo e solidário no Brasil. O SNCJS ainda é apenas um documento que mescla mecanismos de regulamentação e de fomento, no entanto, pretende-se que se consolide como política pública, por meio da promulgação de uma lei que o institucionalize.

No Brasil, falar de comércio justo não é tarefa fácil, mesmo para aqueles que procuram desenvolvê-lo, pois não existem dados sistematizados que nos permitam analisar o setor de maneira minuciosa. Ademais, trata-se de uma atividade difundida recentemente, sem que se tenha tido tempo suficiente para construção de um marco teórico em torno do tema (DINIZ; FERRARI, 2011: p. 01).

Quanto à certificação no ano de 2002 a FLO lançou um selo como marca de certificação do comércio justo e a partir de 2004 divide-se em duas vertentes: a FLO *Standards* para padronização e normas e a FLO-CERT para atuar como empresa certificadora do comércio justo em todos os continentes (SEBRAE, 2007).

A certificadora FLO-CERT certifica toda a cadeia produtiva, desde as associações de pequenos produtores até o atacadista, sendo que tais produtos podem ser reconhecidos pelo consumidor por meio do selo *Fair Trade*.

A marca *Fair Trade* é um selo independente que aparece no produto final, sendo garantia para os consumidores de que os produtores receberam um preço que cobre os seus custos de produção e foram orientados a utilizar o padrão *Fair Trade* na melhora das suas condições socioeconômicas sempre com respeito ao meio ambiente.

Conforme a *Fair Trade* Brasil (2007) para que um produto apresente o selo *Fair Trade* é obrigatório que todos os elos da cadeia de produção sejam auditados conforme as normas internacionais de certificação do comércio justo, as quais são determinadas por especialistas em certificação internacional da FLO.

Realização:



Apoio:





Para a certificação dos produtos para *Fair Trade* existem requisitos sociais, econômicos e ambientais que devem ser cumpridos pelas organizações de produtores, que podem relacionar ao Desenvolvimento Sustentável. As partes envolvidas na produção e comercialização recebem inspeções anuais para garantir a transparência das transações *Fair Trade*, assim como, para monitorar o impacto efetivo no desenvolvimento socioeconômico das comunidades beneficiadas.

## 2.2 O Desenvolvimento Sustentável

Teorias do desenvolvimento derivam, em princípio, da experiência adquirida com a Revolução Industrial nos países europeus, onde o processo de desenvolvimento nesses países teve como ponto de partida as condições criadas pelo quadro econômico internacional, que formaram as estruturas sociais e produtivas de suas respectivas economias e como contribuição de um processo dessa magnitude, o desenvolvimento foi considerado como um fenômeno simultâneo de propagação e de evolução da economia capitalista, com capacidade para produzir vários resultados (SUNKEL, 1980).

O termo desenvolvimento deve ser entendido como um processo de transformação da sociedade e não só em relação aos meios, mas também aos fins (FURTADO, 2000: p. 8). Já Veiga (2008 p.32) entende que “crescimento da economia passará a ser entendido por muitos analistas como um elemento de um processo maior - desenvolvimento sustentável - que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios, percebendo a importância de refletir sobre a natureza do desenvolvimento (VEIGA, 2008: p. 32).

Oliveira (2002) evidencia-se que o desenvolvimento deve ser entendido como resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento autossustentado, ou seja, alcançar a capacidade de crescer sem fim, de maneira contínua. Em nome do desenvolvimento, buscam-se valores crescentes: mais mercadorias, mais qualidade de vida, melhores condições de educação, dentre outros....

Por outro lado. a questão ambiental começou a emergir no curso da década de 1960, após o uma fase de crescimento intenso. Surge de uma reflexão sobre um futuro que se apresenta incerto, a partir das alterações que ocorreram no pensamento político, social e

Realização:



Apoio:





filosófico, levando a questionar, não só o totalitarismo e a repressão, mas também o lugar e a participação do homem no planeta que o abriga (CANEPA, 2007).

Para Oliveira (2002), a preocupação em preservar o meio ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer à população futura, as mesmas condições e recursos naturais que se dispõe no presente. O conceito de *ecodesenvolvimento* surge nesse contexto como uma proposição conciliadora, onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina, e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais. O tempo joga a favor de uma atenuação da crivagem de uma certa convergência entre as duas posições (ROMEIRO, 1999: p. 3).

Em certa medida, esta convergência se explica pelos efeitos contraditórios do progresso técnico e científico induzido pelo aumento da magnitude da pressão do sistema econômico sobre o meio ambiente: por um lado, a compreensão da ameaça de seus impactos ambientais globais fica mais claro, embora controvertido – efeito estufa, destruição da camada de ozônio, etc.; por outro, o aumento da eficiência na prospecção e na utilização dos recursos naturais, reduziu seus preços, desautorizando as previsões catastrofistas do Clube de Roma.

Ao contrário do *ecodesenvolvimento*, que sobreviveu em um período extremamente curto, o conceito de desenvolvimento sustentável, criado no mesmo período, ganhou notoriedade possivelmente por ter sido adotado em importantes documentos como a Estratégia Mundial para a Conservação, no informe *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Brundtland (ONU, 1978), Cuidar da Terra (UINC, WWF e PNUMA, 1991)

O conceito de Desenvolvimento Sustentável mais reconhecido é o do Relatório *Brundland* (CMMAD, 1988), que define basicamente como: “aquele que satisfaz as necessidades atuais sem sacrificar a habilidade do futuro de satisfazer as suas”. O relatório ainda ressaltou a necessidade de descentralização das aplicações de recursos financeiros e humanos, e a necessidade do poder político. No tocante aos recursos naturais, avaliou a capacidade da biosfera de absorver os efeitos causados pela atividade humana, e afirmou que a pobreza já pode ser considerada como um problema ambiental e como um tópico fundamental para a busca da sustentabilidade.

Realização:



Apoio:





Para Barbieri et al. (2010) para que se alcance o desenvolvimento sustentável deve-se analisa-lo em três dimensões: Social, Ambiental e Econômica, que está de acordo com a ideia de Scumacher (CMMAD, 1991) conforme abaixo:

- a) Social: Preocupação com os impactos sociais das inovações nas comunidades humanas dentro e fora da organização (desemprego; exclusão social; pobreza; diversidade organizacional etc.);
- b) Ambiental: Preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes;
- c) Econômica: Preocupação com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuariam. Para as empresas essa dimensão significa obtenção de lucro e geração de vantagem competitiva nos mercados onde atuam.

### 3 METODOLOGIA

O *locus* da pesquisa foi o Arquipélago do Marajó que está integralmente situado no Estado do Pará, possui uma grande potencialidade turística em face da diversificação de atrativos relacionados ao Ecoturismo, a ilha destaca-se pela sua paisagem diferenciada, e é marcada por praias desertas de água salobra, igarapés e búfalos por toda a parte. É formado por um conjunto de ilhas que, em seu todo, constitui a maior ilha fluvio-marítima do mundo, com 140.139 km<sup>2</sup>, sendo dividido em 16 municípios constituídos em 03 (três) microrregiões geográficas: Arari, Furos de Breves e Portel (IBGE, 2015).

O município de São Sebastião da Boa Vista, localizado no Furo de Breves, tem uma densidade demográfica de 14,93 hab./km<sup>2</sup>, uma área de 1.633Km<sup>2</sup>, com uma população de 24.363 habitantes que, em sua maioria – 56,8%, está assentada na região rural (IDESP, 2013).

Os setores que mais geram empregos formais são os da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e Pesca que conjuntamente empregam 45,15% da população ocupada. No extrativismo vegetal, o produto que tem se destacado é o açaí que, em 2012 produziu 7.374 toneladas, gerando um faturamento de R\$ 13.273 mil para o município (IDESP, 2013).

A COOPAVEM foi fundada em 10 de dezembro de 2005 por um grupo de produtores da zona rural do município de São Sebastião da Boa Vista, localizada a 12 horas de barco da

Realização:



Apoio:





cidade de Belém. O acesso a COOPAVEM, somente pode ser feito por barco, já que na maioria das comunidades o meio de locomoção é fluvial, ou seja, os rios da região.

Atualmente, a cooperativa é formada por 37 produtores rurais das comunidades de Rio Guajará, Rio Pracuúba, Rio Cariá e Rio Pracuúba Grande, que denominaram estes locais de Núcleos Produtivos. Juntos possuem uma área de 1.567 hectares, sendo que 667 hectares são de áreas plantadas com palmeira de Açaí (*Euterpe oleracea*).

A metodologia adotada na pesquisa foi inicialmente exploratória no sentido da familiarização com o objeto, seguida de descritiva por descrever os resultados encontrados. Gil (2010) ensina que a pesquisa descritiva tem como atributo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos e, para que possa alcançar esse objetivo, utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários e observações sistemáticas. A estratégia adotada foi um estudo de caso na Cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó (COOPAVEM) por ser um caso único, já que não existe caso análogo na região norte do Brasil. Para tanto foram utilizadas as seguintes fontes de evidência: documentos da cooperativa, relatórios, observação direta e entrevistas em profundidade por meio de grupo focal composto por 37 cooperados.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A cooperativa é predominantemente formada por homens totalizando 81% os 19% restantes são mulheres. Neste sentido, Aguiar e Rosa (2008), em pesquisa realizada no Estado de Santa Catarina, constataram que os sistemas de produção mais especializados, tendem a estimular um processo de gestão mais centralizado pelo homem. Assim como Silva et al. (2013), em estudo realizado em Praia Grande (SC) constataram a diminuição do trabalho feminino à medida que aumenta a especialização produtiva. Estas pesquisas são similares ao que tem ocorrido na COOPAVEM, sendo fruto da especialização produtiva da cultura do açaí realizada no local.

A média de idade dos cooperados é de 50 anos, o que significa dizer que esses extrativistas se encontram em idade produtiva madura para exercer atividades laborais. Contudo, vale frisar que 29,7% dos entrevistados têm acima dos 60 anos de idade, ou seja, estariam teoricamente fora do mercado de trabalho formal, ou prestes a se aposentar, mas sentem-se em plena capacidade produtiva e, com isso, buscam aumentar a renda familiar.

Realização:



Apoio:





No que tange as fontes de renda oriundas de atividades laborais dos cooperados, 84% do faturamento advém da venda do fruto do açaí e o restante (16%) de outras atividades, tais como: pesca, cultivo de plantas e pequenos serviços como pedreiro, trabalho agrícola, dentre outros. Outras fontes de renda são aposentadorias (16%) e bolsa família (13%) sendo que a maioria dos cooperados não recebem benefícios sociais, isto faz com que os cooperados, na maioria, se foquem na atividade da produção do açaí.

Na COOPAVEM a média de escolaridade encontrada na comunidade demonstra que 59,5% dos membros familiares apresentam o nível de ensino fundamental incompleto ofertado pela escola presente no município o qual que disponibiliza somente o ensino fundamental. Neste nível de ensino estão os mais antigos membros da comunidade e os que iniciaram os trabalhos no campo com idade inferior a vinte anos.

Constou-se aumento na conclusão do nível de ensino médio completo (11%) seguido de 24% do ensino médio incompleto. Isto pode se tornar um grande desafio para a COOPAVEM, pois os gestores da cooperativa são os próprios cooperados, e também pode ser uma oportunidade, já que existe o prêmio da comercialização e esse pode ser aplicado na melhoria da instrução do nível educacional dos cooperados e da comunidade.

Desde 2012, a COOPAVEM adotou indicadores de desempenho, que demonstram que a cooperativa teve um crescimento nos últimos quatro anos acima de 20%, sendo que, em 2015, chegou a superar os 30%, em relação ao ano anterior, conforme Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1** – Venda de Açaí no período de 2012/2015

Exercício	Produção (Lata)	Varição produção	Faturamento (R\$)	Varição Faturamento
2012	71.104	-	776.354,30	-
2013	64.856	-0,09	975.191,20	0,26
2014	57.326	-0,12	1.161.657,61	0,19
2015	70.558	0,23	1.599.794,38	0,38

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Em meados de 2012 ocorreu queda na produção do açaí a qual pendurou até 2014 quando ocorreu a recuperação. Esse fato deveu-se à mudança na forma do cultivo do açaí, saindo do cultivo tradicional para a produção orgânica. Inobstante tal realidade, o faturamento com a venda de açaí tem crescimento nos últimos anos. Esse aumento do faturamento se deu

Realização:



Apoio:





pela variação crescente no preço que está atrelado a entressafra e, ao mesmo tempo, o aumento da demanda de mercado local, nacional e internacional.

Ademais, o melhoramento do processo de produção de açaí, saindo do sistema tradicional passando ao açaí orgânico permitiu preço melhor no mercado, visto apresentar características de nichos de mercado, atendendo a um segmento restrito de consumidores que se dispõe a pagar preço maior por esses produtos (NETO et al., 2010). Por fim, evidencia-se que a COOPAVEM transaciona 83% de sua produção e a destina ao mercado da agroindústria do nordeste paraense, principalmente no município de Castanhal.

## 5 CONCLUSÃO

Concluimos que o processo de certificação *Fair trade* tem relação positiva direta com as dimensões sociais, ambientais e econômicas, confirmando que a adoção do processo de certificação *Fair trade* por cooperativas, promove o desenvolvimento sustentável, além do acréscimo no faturamento face à especificidade do processo produtivo por meio de produtos orgânicos. Na dimensão ambiental tanto para organização quanto para os cooperados, a melhor conscientização sobre a importância na preservação do meio ambiente gerou novos hábitos positivos nas pessoas.

A importância da certificação *Fair Trade* da cooperativa propiciou crescimento expressivo desde que se consolidou o processo de certificação se diferenciando no mercado, principalmente, com a comercialização de produtos orgânicos, o que pode ser percebido pelos cooperados por meio do aumento de sua renda e outros indicadores positivos. Como a regularização do trabalho dos produtores. Ao que tangencia a já referida certificação, vale ressaltar que é um “contrato” que se sustenta por meio da confiança entre todos os atores.

A presente pesquisa sugere ao poder público, uma maior participação, no sentido de estimular as cooperativas a adotarem esse modelo de gestão por meio de um fundo para financiar o processo de certificação denominado de *Fair trade*.

Sugere-se outras pesquisas e em outros segmentos econômicos, no intuito de identificar se a certificação *Fair trade* possibilita acréscimos nos indicadores sociais e econômico e com reflexo direto na qualidade de vida das pessoas envolvidas, fato que poderá ratificar ou não o resultado da presente pesquisa.

Realização:



Apoio:





## REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P.; ROSA, E. P. da. Sistemas de produção e gênero na agricultura familiar. **Fazendo Gênero**. Florianópolis. Vol. 8, ago 2008.

CALANDINO, D.; WEHRMANN, M.; KOBLITZ, R. Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia: um olhar sobre o Estado do Pará. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 161-170, jul. a dez. 2012.

COSTA, F.de. A. O açaí do Grão Pará – Arranjos Produtivos e Economia Local – Estrutura e dinâmica (1995-2011). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. (Tese). Universidade Federal do Pará, 2016.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, jul. 2005.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University. Abril de 2004.

FLO-CERT. **FLO-CERT**. 2013. Disponível em: <<http://www.flo-cert.net/flo-cert>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Pacto pelo Pará de redução da pobreza Região de Integração do Marajó**. IDESP: Belém, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2015.

LUDEWIGS, T. Agrarian Structure and Land-cover Change Along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 37, n. 8, p. 1348-1359, ago. 2009.

MEDEIROS, L. S. Conflitos sociais no meio rural no Brasil contemporâneo. **Revista del observatorio social da America Latina**. OSAL. Ano 1, nº2, setembro de 2000.p. 37-44

NETO, N. de C.; DENUZI, V. S. S.; RINALDI, R. N.; STADUTO, J. R. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percursos- NEMO**, v. 2, n. 2, p. 73-95. 2010. <<http://dx.doi.org/10.4025/revpercurso.v2i2.10582>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

NOGUEIRA, A. T. B. Um estudo sobre conflitos em assentamentos rurais. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 6, p. 61-82, June 2007. ISSN 1808-1150. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/116>>. Acesso em: 02 mai 2016.

SANTANA, A. C. de ; SANTANA, A. L. ; NOGUEIRA, A. K. M.; MATTOS, C. A. C.; OLIVEIRA, C. M.; REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S.; GOMES, S. C. **Mercado de**

Realização:



Apoio:





**produtos agropecuários e florestais dos polos de Altamira, Itaituba e Santarém, estado do Pará. 2013. (Relatório de pesquisa).**

SILVA, T. M.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; SILVA, L. X. da. Processo de reprodução social da agricultura familiar em Praia Grande (SC): dinâmicas demográficas e ocupacionais. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro. Vol. 21, n. 1, 2013, p. 58-83.

TOURNEAU, François-Michel Le; BURSZTYN, M.. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun. 2010.

Realização:



Apoio:

